

O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONALIZADAS

Marco Antonio Henrique¹, Fábio Ricci² (orientador)

UNITAU - Universidade de Taubaté. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.
Rua Visconde do Rio Branco, 210, centro, Taubaté – SP
Tel. (12) 3625 4217. www.unitau.br/prppg

¹Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - UNITAU. Contador Público Federal.
marcohenrique@hotmail.com

²Doutor em História Econômica – FFLCH-USP. Professor Doutor da Universidade de Taubaté
professorfabioricci@gmail.com

Resumo- O presente artigo discute a relação entre as políticas públicas e o consequente crescimento e desenvolvimento econômico regional. Desenvolvimento econômico tem um conceito mais amplo que crescimento uma vez que abrange não apenas o aumento da riqueza, mas também melhorias efetivas nos padrões de vida das pessoas de determinado lugar. Apresenta e discute políticas econômicas localizadas e seus impactos regionais: as decisões de investimentos baseados em incentivos fiscais, a fiscalização de tais políticas e os impactos dela decorrentes. O artigo aborda ainda (embora superficialmente) a situação do país hoje, suas necessidades e perspectivas diante dos problemas atuais e sua inserção na economia internacional.

Palavras-chave: políticas, crescimento econômico, desenvolvimento regional.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Economia

Introdução

O desenvolvimento econômico regional tem sido objeto de diversos estudos e a consequência de políticas estruturadas e elaboradas para essa finalidade tem sido de vital importância e de grande aceitabilidade pela sociedade civil, sobretudo em época em que o conceito de governança esta sendo discutido e cada vez mais aceito pelos cidadãos.

Algumas políticas têm como consequência o aumento da riqueza local pela atração de investimentos, sobretudo de grandes empresas e isso caracteriza o crescimento econômico, pois altera o valor do PIB - Produto Interno Bruto do local e aumenta a riqueza.

No entanto, o padrão de vida das pessoas continua inalterado: o mesmo padrão de consumo, educação estagnada, condições de moradia inalteradas e sem que a riqueza acumulada tenha possibilitado efetivas melhorias na sociedade – não trouxe o desenvolvimento econômico.

O que se espera é que as regiões estudem e elaborem meios de melhoria efetiva da região, meios que levem ao desenvolvimento regional. Isso pode ser conseguido através de políticas sérias que tragam riqueza para o local e um planejamento estratégico que leve a melhoria nos padrões de vida da população.

Material e Métodos

Segundo Vergara (2000, p.12) “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”. Nesse aspecto, o método é a maneira utilizada pelo autor para se chegar aos resultados esperados na pesquisa, é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa.

Neste sentido, com o método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista, significa a escolha dos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, ou seja, ao estudar determinado objeto, a metodologia mostra quais os procedimentos utilizados pelo pesquisador para atingir seu fim (RICHARDSON, 1999; LAKATOS, 2003).

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, já que busca tornar explícito, explorar descrever e conhecer as características das políticas públicas no desenvolvimento econômico regional: discute e propõe novos entendimentos para posteriormente permitir a proposta de estudos mais aprofundados.

É uma pesquisa exploratória, pois foi realizada em uma área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2000).

Com relação ao delineamento, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que foram utilizados livros, leis e outros materiais de natureza bibliográfica. Com a pesquisa bibliográfica foi possível: recolher, selecionar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre o assunto. A análise desses trabalhos já existentes possibilitou o conhecimento das contribuições científicas sobre o assunto abordado no trabalho (MARTINS, 1994).

Resultados

O crescimento da riqueza em determinado local provoca o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto. Isso acontece em nível regional a partir do aumento de empresas e de atividades de alto valor agregado, atividades que trazem riqueza para o local. Isso impacta diretamente no aumento da arrecadação de impostos por parte da administração pública e em alguns casos melhorias no local onde as empresas estão instaladas. Essas melhorias algumas vezes são realizadas pelas próprias empresas com o capital privado e em outros casos são oferecidos pelo poder público como parte de uma “facilidade” ou incentivos fiscais para que a empresa se instale naquele lugar (HENRIQUE, 2011).

No entanto, o que se espera não é apenas a melhoria na riqueza ou no aumento do PIB, mas uma melhoria efetiva na vida das pessoas. Que essa riqueza traga desenvolvimento econômico: melhores condições de vida, melhorias efetivas na qualidade e no acesso a melhores níveis de educação, diminuição da pobreza, emprego e outras variáveis econômico-sociais.

Amartya Sen (2000) aborda o desenvolvimento efetivo a partir da liberdade dos indivíduos envolvidos nesse processo. Isso acontece a partir da adoção de liberdades instrumentais:

- I. Liberdades políticas: Incluem os direitos civis, e referem-se à liberdade de escolha por parte das pessoas sobre que deve governar e porque, além dos direitos de fiscalização e crítica dos governantes através de uma imprensa livre e atuante. A manifestação de seu direito de escolha e de crítica.
- II. Facilidades econômicas: Oportunidades por parte das pessoas para utilizar recursos econômicos para o consumo, produção ou troca. Para isto, os mecanismos de mercado podem ter um valor fundamental, já que permitem a livre circulação de pessoas e produtos na economia.
- III. Oportunidades sociais: Referem-se aos serviços de saúde, educação, etc, que permitem ao indivíduo não apenas viver melhor em sua vida privada (escapando

da miséria através de um trabalho mais bem qualificado, por exemplo), quanto também participar melhor da vida pública.

- IV. Garantias de transparência: Referem-se à necessidade de uma pessoa esperar sinceridade em sua relação com outras pessoas, instituições e com o próprio Estado. Além de essencial para a coesão social, ela pode ter papel importante na prevenção da corrupção, por exemplo.
- V. Segurança protetora: resguarda os vulneráveis de caírem na miséria extrema através de uma rede de seguridade social e outras medidas que visem as garantias mínimas de sobrevivência das pessoas.

Ainda, de acordo com Sen (2000), essas medidas propostas essas medidas teriam eficácia maximizada em economias subdesenvolvidas já que atingem a base e possibilitariam ampliar suas liberdades individuais e alcançar o desenvolvimento.

Para Fonseca (2006), o desenvolvimento ocorre através do crescimento econômico, e para isso é necessário o investimento, seja público ou privado. Torna-se necessária uma economia de recursos, onde os excedentes serão utilizados para financiar o investimento. No setor privado isso acontece quando a empresa decide investir nos recursos produtivos e no local em que esta localizada. Em nível internacional quando uma multinacional investe no país onde esta localizada e não transfere os lucros para a matriz em outros países. No setor público, o excedente, denominado superávit ocorre quando o governo gasta menos do que arrecada com a tributação. Quando esse valor é utilizado para financiar investimentos permanentes no país ou para financiar investimentos privados de interesse nacional, ocorre a condição necessária para o crescimento e o desenvolvimento econômico.

No Brasil, dados do IPEA (2010) mostram que nos últimos anos houve uma diminuição da pobreza e isso trouxe melhorias: maior acesso aos bens de consumo; maior acesso a todos os níveis de educação, sobretudo a educação universitária, diminuição da pobreza e melhorias em todos os níveis sociais. Isso mostra uma mudança do sistema político nacional que busca não somente o crescimento, mas o desenvolvimento econômico.

No entanto, essa melhoria não extingue o problema de desigualdade social no Brasil que ainda é bastante evidente, sobretudo nas áreas mais pobres do país.

A diminuição do distanciamento social entre as diversas classes sociais é o que deve ser buscado nas políticas públicas. Isso inclui políticas de crescimento econômico atreladas às políticas de desenvolvimento econômico, a idéia de “deixar o

bolo crescer para depois realizar a repartição” não se enquadra no país de hoje (SENHORAS, 2007).

A participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e fiscalização de tais políticas está se tornando uma realidade no país de hoje. O sistema burocrático de governo que surgiu da necessidade do controle da corrupção existente e posteriormente o surgimento do conceito de “governança” que levou o cidadão na participação política do país fez com que o sistema iniciasse um longo período de mudança. Essa mudança, que iniciou há tempos atrás, está em desenvolvimento e ainda tem muito a fazer, mas já começou e isso é o mais importante (HENRIQUE, 2011).

O acúmulo de capital em determinado local deve ser acompanhado de melhoria dos padrões de vida. O governo pode alcançar esses objetivos através de políticas desenvolvimentistas. As políticas voltadas ao desenvolvimento dos municípios a *priori* concentravam-se especialmente no desenvolvimento econômico do território, políticas orientadas especialmente para a geração de empregos. Atualmente, a área de atuação dessas iniciativas de desenvolvimento regional foi ampliada e passaram a atuar não mais no campo puramente econômico, mas passaram a priorizar o desenvolvimento humano e social. Tal inovação nas políticas públicas de desenvolvimento tem por objetivo favorecer a inclusão social e diminuir as distorções provocadas pelo sistema de concentração de renda (SENHORAS, 2007).

O planejamento econômico no processo de desenvolvimento é algo necessário por parte dos governantes, tendo como finalidade promover e alavancar o desenvolvimento, pois torna-se necessária a coordenação das atividades tendo em vista um crescimento sustentável. Crescimento sustentável pode ser definido como o crescimento capaz de se sustentar no decorrer do tempo.

A liberalidade econômica e posteriormente o neoliberalismo, defendido por muitos estudiosos como a força reguladora da economia sem a intervenção estatal, ou o livre mercado, onde as flutuações da economia acontecem como um processo natural, ou ainda, a mão invisível defendida por Adan Smith mostrou-se incapaz de organizar a economia. Esse debate não diz respeito propriamente ao planejamento, mas ao papel do Estado no processo de desenvolvimento (FONSECA, 2006, p.25).

Nesse aspecto, para que haja um crescimento acompanhado de desenvolvimento econômico regional, torna-se necessário a atração de novos investimentos para o local, o que facilitará o acúmulo de capital e assim a renda e o Produto Interno Bruto. Esse processo, que provoca uma expansão econômica, deve ser seguido de

incentivos governamentais, como redução tributária, o que tornará o município propício à instalação de empresas, por não onerar de maneira intensa o sistema de arrecadação através de altas taxas de impostos. É importante salientar que as políticas de incentivos fiscais e doação de terras precisam ser fiscalizadas pelos agentes governamentais, pois a falta de fiscalização pode levar as empresas a obterem os benefícios sem uma efetiva contraprestação (HENRIQUE, 2011).

Também o que favorece crescimento e o desenvolvimento regional são melhorias na infraestrutura: nas estradas, por exemplo, o que facilitará o escoamento da produção e também incentivos que aumentam o grau de competitividade e oferecem segurança para outros investidores. Significa, sobretudo, maiores investimentos públicos em despesas de capital (investimento) e uma diminuição das despesas correntes no setor público (LAVOR, 2007).

O sistema tributário apresenta um efeito importante no resultado financeiro das empresas e na condução do negócio em geral. Os altos tributos reduzem a eficiência competitiva das empresas, reduzem drasticamente o poder aquisitivo das famílias e são prejudiciais ao desenvolvimento. Por outro lado quando cobrados em níveis baixos, geram déficits orçamentário, o que tem por consequência o processo inflacionário. No entanto quando usado de maneira ideal, a tributação pode promover a eficiência e a produtividade, fatores que levam ao desenvolvimento regional (FONSECA, 2006).

Keynes defendia a idéia da intervenção estatal na economia em épocas de crise tendo por objetivo manter o pleno emprego dos recursos. Dessa idéia inovadora surgiram os pilares da macroeconomia moderna e revolucionou sua época. As políticas públicas de desenvolvimento são bastante complexas, uma vez que o governo precisa fazer escolhas sobre quais segmentos serão beneficiados com suas políticas. Geralmente, em escala regional as escolhas são motivadas por interesses econômicos localizados. Um exemplo na escolha dos segmentos pode ser observado no município de São José dos Campos – SP, onde as políticas de incentivos fiscais beneficiam atividades de construção civil, informática e pesquisa & desenvolvimento, áreas consideradas primordiais para a economia local (HENRIQUE, 2011).

Através de políticas econômicas, fiscais e monetárias o governo controla o sistema econômico como um todo, mantendo dentro dos patamares aceitáveis e previamente estipulados as metas de inflação e o desenvolvimento econômico. Entretanto, esta é uma situação bastante contraditória, uma vez que ao estipular maiores taxas de juros a fim de controlar a

inflação, o governo encarece e desestimula o crédito, fator que tem como consequência uma estagnação econômica e que diminui o crescimento (VASCONCELLOS, 2002).

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, o Brasil tem apresentado elevada volatilidade do produto e baixo crescimento médio, ou seja, relativa estabilidade dos preços tendo como recompensa um pequeno crescimento econômico. O Plano Real, trouxe estabilidade a moeda, fator responsável pela diminuição considerável da inflação, que em outros tempos diminuía de maneira significativa o valor da moeda, onerando principalmente as classes menos favorecidas, ou seja, aqueles que vivem de salário e não possuem renda (MIKHAILOVA, 2008).

Para manter a inflação a níveis aceitáveis, a política monetária usou de mecanismos restritivos: aumento das taxas de juros e aumento do recolhimento compulsório. Com isso o governo conseguiu controlar o volume de moeda na economia e assim controlar o crédito. Com isso o país teve um baixo crescimento econômico nos últimos anos, pois as altas taxas de juros cobradas pelos bancos desmotivaram a população ao consumo e o aumento do recolhimento compulsório fez com que diminuísse a quantidade de dinheiro disponível nos bancos para empréstimos. Essa política teve como consequência uma maior dificuldade de investimento no país, investimento esse necessário ao crescimento e desenvolvimento econômico (POHLMANN, 2008)

As políticas públicas voltadas ao crescimento e conseqüentemente ao desenvolvimento têm como meta fazer o Brasil crescer, aumentar a qualidade de vida da população e inserir o país no mundo globalizado. Entretanto, uma questão ainda bastante difundida no Brasil é a desigualdade social. O país cresce, aumentam os níveis de exportação, aumenta o Produto Interno Bruto, no entanto pessoas ainda vivem abaixo da linha da pobreza. Políticas públicas têm sido criadas com a finalidade de diminuir as desigualdades e favorecer a erradicação da pobreza, entre os quais: Fome Zero; Bolsa Família; no entanto muito mais ainda precisa ser feito para alcançarmos níveis iguais de distribuição de renda. Essas políticas de transferência de renda têm um efeito a curto prazo, sendo necessário a longo prazo que o governo crie políticas de desenvolvimento econômico que terá como consequência a diminuição do desemprego. Uma vez empregado, o trabalhador terá condições de se qualificar e buscar qualidades de vidas mais digna a ele e a sua família (MARQUES, 2008).

Um fator chave para que as pessoas progridam mudem de classe social, almejando assim,

melhores condições de vida é o estudo. A globalização trouxe consigo a necessidade de mão-de-obra qualificada para trabalhar nas empresas que se instalaram em diversas partes do mundo. Na economia globalizada, a educação ganha cada vez mais importância, sendo um fator necessário para o processo de mobilidade social. As pesquisas mostram um avanço no sistema de ensino do país, principalmente no ensino superior, onde as matrículas aumentaram de maneira significativa. Isso em parte deve-se ao sistema de ensino a distancia, que cada vez mais ganha espaço no país. Entretanto, um desafio para os próximos anos é aumentar o nível de ensino da população sem deixar de lado a qualidade do ensino, criar mecanismos eficazes de medição da qualidade do ensino oferecido: da educação básica ao ensino superior (SICSU, 2007).

O Brasil de hoje necessita de uma mudança estrutural em seus diversos aspectos: uma mudança no sistema tributário; sistema trabalhista e mudanças de ordem institucional. O aspecto tributário, com sua elevada carga de impostos incidentes sobre os mais variados produtos, onera de maneira significativa as empresas e faz com que elas percam competitividade frente ao mercado nacional e internacional. O aspecto trabalhista, com suas inúmeras leis e regulamentos, encarecem o sistema produtivo e faz com que a contratação seja complicada. Outro aspecto de vital importância é que o Brasil deve buscar alcançar maior credibilidade de suas instituições. Escândalos dos mais variados e sistema inoperante fazem com que o Brasil seja visto como um país onde falta a seriedade e impera a desordem. Tornam-se dessa maneira responsáveis pelo desenvolvimento ou não, de determinada região. Instituições sérias e eficientes e acima de tudo democráticas são fundamentais a qualquer nação, uma vez que se tornam um cartão de visitas daquele local (FURLANETO, 2008).

A análise de indicadores econômicos e sociais dos últimos anos mostra que o país teve melhoras em seus diversos aspectos econômicos e sociais. Mas outros desafios ainda permanecem, a médio e a longo prazo, entre os quais: diminuir o déficit previdenciário, já que a população envelhece e o sistema previdenciário atualmente já passa por problemas; favorecer o crescimento e desenvolvimento econômico; favorecer o crescimento econômico, criando um ambiente favorável a novos investimentos, como por exemplo, através de políticas tributárias menos onerosas ou melhorando o sistema de infraestrutura do país; usar os recursos provenientes do crescimento econômico para favorecer e tornar possível um desenvolvimento sustentável, melhorando as condições de vida da população como um todo (REGO, 2006).

Outro fator de vital importância diz respeito às políticas ambientais, uma vez que estas nem sempre acompanham as políticas de desenvolvimento. O crescimento das cidades, o processo de industrialização e a necessidade cada vez maior das pessoas por produtos trazem consigo a necessidade de recursos naturais, que por sua vez são tirados da natureza e são recursos não renováveis. Um fator importante é que a melhoria da qualidade de vida faz com que as pessoas tenham acesso a mais produtos, aumentando dessa forma a quantidade de lixo produzida e contribuindo para a degradação ambiental (RESCHILIAN, 2005).

O governo, em parceria com entidades ligadas à proteção ambiental tem feito diversos trabalhos no sentido de proteger o meio ambiente, em especial trabalhos e projetos com a finalidade de evitar o desmatamento da floresta Amazônica. Entretanto, o fato do Brasil ser um país continental, dificulta a fiscalização e o desmatamento continua. Torna-se necessário um crescimento e desenvolvimento sustentável, uma vez que os recursos são limitados, enquanto que as necessidades humanas são ilimitadas (VASCONCELLOS, 2002).

O desenvolvimento sustentável deve ser capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Esse conceito de sustentabilidade mostra a necessidade que os povos têm de preservar os recursos naturais e assim garantir um futuro melhor para as futuras gerações (CAVALCANTI, 1994).

Um grande desafio dos tempos atuais é garantir um crescimento econômico sustentável, aumentando dessa forma a produtividade e a necessidade de recursos ao mesmo tempo em que mantém a natureza livre da degradação e conserva seus recursos. A falta de alimentos e de água potável já é uma realidade, a falta de recursos destinados a indústria também, em especial a questão da energia limpa, que já toma conta dos principais temas e discussões a respeito de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. O aquecimento global já é uma realidade comprovada embora a maior parte de seus efeitos devastadores sejam esperados para os próximos anos (ROCHA, 2003).

Governança implica buscar nas ações políticas as respostas antes determinadas teoricamente nas políticas públicas. É fiscalizar as ações do governo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e aos gastos públicos (não apenas o desembolso do erário público, mas também a renúncia de receita pública através dos incentivos fiscais). Quando o cidadão olhar em sua volta e observar melhorias efetivas na vida das pessoas, melhoria essa acompanhada de liberdade, então

terá ocorrido o desenvolvimento regional (HENRIQUE, 2011).

Discussão

O que se busca hoje é o desenvolvimento econômico, ou o desenvolvimento regional em níveis localizados. As políticas públicas tem sido a ferramenta para alcançar esses objetivos. No entanto, embora a pobreza tenha apresentado queda em todas as regiões do país, ainda existe muito que ser feito.

Quando se trata de desenvolvimento, a educação é a base de todo um sistema. O acesso aos diversos níveis de ensino mostra uma universalização e democratização, sobretudo da educação superior. Mas e a qualidade de tal educação, o que está sendo feito para buscar a qualidade do ensino? Não basta o aumento do acesso, mas também a qualidade da educação. O mesmo ocorre com a segurança pública. Desenvolvimento é liberdade, e essa liberdade tem sido desconsiderada quando observamos os altos níveis de criminalidade do país. Muito mais ainda precisa ser investidos nessa área.

A fiscalização das políticas públicas (inclusive as de incentivos fiscais que visam o desenvolvimento econômico) tem sido cada vez mais rígidas e punidas nos rigores da lei. No entanto, a mídia sempre traz casos de corrupção e desvio de dinheiro público. Tal fato tem sido interpretado por alguns como uma melhor fiscalização dos recursos públicos e por isso os casos estão aparecendo e por outros como um aumento dos casos de corrupção. Cabe a cada um analisar a conjuntura atual da sociedade e tirar suas próprias conclusões.

Conclusão

O desenvolvimento econômico regional deve ser buscado a fim de tornar esse país continental mais igualitário com relação ao seu desenvolvimento. A diminuição da desigualdade social deve ser buscada pelos governantes independente da esfera de governo: federal estadual e municipal.

O crescimento econômico diz respeito ao aumento do PIB em determinado local, mas não trata outros valores importantes para a sociedade. O desenvolvimento econômico deve ser buscado em todas as esferas de governo, sobretudo no aspecto regional, tendo em vista que o país possui dimensões continentais e cada região necessita de políticas específicas que norteie os investimentos localizados tendo em vista a maximização do retorno em benefícios reais.

As políticas públicas funcionam como uma ferramenta através do qual as ações políticas são implementadas em seus diversos níveis e setores.

Essas políticas e as ações delas decorrentes passaram a ser mais bem fiscalizadas nos últimos anos, tanto por parte dos órgãos fiscalizadores (Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e dos estados entre outros) quanto pela sociedade que passou a ter consciência de seus direitos e entendeu que as políticas e ações dela decorrentes dizem respeito aos seus recursos arrecadados através dos impostos e tributos cobrados. Desta forma, a governança criou novos paradigmas que mudou todo um sistema existente.

Referências

- CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>.
- FONSECA, M. A. R. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- FURLANETTO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 55-67, ago. 2008
- HENRIQUE, M. A. **Gestão Pública e a Questão Tributária: um estudo sobre o ISS e o IPTU nos municípios de São José dos Campos e Taubaté**. 2011.162f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011.
- IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Comunicado do IPEA n° 58. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2010. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 01 de jul de 2011.
- LAVOR, E. M. **São José dos Campos: O Desenvolvimento Industrial, seus efeitos sobre os Setores Econômicos Urbanos e a Concentração Regional**. 2007.137f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007
- MARQUES, R. M. MENDES, A. Sobre a política de combate a pobreza no governo Lula. **Revista de Economia**, v. 34, n. 3 (ano 32), p. 91-112, set./dez. 2008. Editora UFPR
- MARTINS, G. A. **Manual para a Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994
- MIKHAILOVA, I. MARQUES, K. D. COLLET, L. A dinâmica macroeconômica à luz da política econômica adotada no Brasil de 1994 a 2006. **Perspectiva Econômica**, Santa Maria – RS, v. 4, n. 2:01-21 jul/dez 2008
- POHLMANN, E. L. TRICHES, D. Análise do desempenho da política monetária no Brasil após o Plano Real. **Perspectiva Econômica**. Santa Maria – RS, v. 4, n. 2:01-21 jul/dez 2008
- REGO, J. M. LACERDA, A. C. BOCCI, J. I. BORGES, M. A. MARQUES, R. M. **Economia Brasileira**. 3 ed – São Paulo: Saraiva, 2006.
- RESCHILIAN, P; R. O Vale do Paraíba no contexto da urbanização brasileira e a questão do planejamento regional. **Revista de Ciências Humanas**. Taubaté, v. 11, n. 1, p. 25- 32, jan./jun. 2005.
- ROCHA, M. T. **Aquecimento global e o mercado de carbono: uma aplicação do modelo Cert**. 2003. 214f. Tese de Doutorado – Universidade São Paulo, 2003
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão teórica Ricardo Doniselli Mendes**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENHORAS, E. M. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local – as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-26, mai-ago/2007. Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 29 de jun. 2011.
- SICSÚ. A. B. BOLAÑO, C. R. S. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, G&DR • v. 3, n. 1, p. 23-50, jan-abr/ Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 01 de jun. 2011.
- VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro – 3. ed.** – São Paulo: Atlas, 2002.